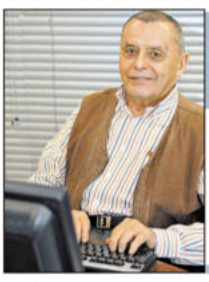

ARI CUNHA

DESDE 1960

VISTO, LIDO E OUVIDO

aricunha@dabr.com.br
com Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

É preciso descobrir o Brasil

No artigo 218 da Constituição Federal, os inventores e cientistas são reconhecidos pelo Estado que "promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica". No primeiro artigo, a pesquisa científica tem garantia de tratamento prioritário por ser um bem público que contribui com o progresso da ciência. Em correspondência à coluna, Reginaldo Marinho informa o calvário dos cientistas no Brasil. Criador da tecnologia ambiental Construcell, utiliza o plástico PET, que se transforma em placa fotovoltaica convertendo sol em energia limpa.

São módulos transparentes que têm a capacidade de transformar a construção em uma usina solar, o que indiretamente tem uma repercussão notável na natureza. Como todos os gênios, Marinho transforma o complicado em simples e acessível. Apesar do respaldo constitucional e elogios da engenharia mundial, Reginaldo luta para emplacar o invento, mas parece que o Brasil não se dá conta da importância de ter tantos gênios. É certo que vieram os reconhecimentos em Genebra, Londres e no edital Prime/Finep/MCT. Mas de que serve um invento guardado?

Em 2000, com um ano de antecedência, Reginaldo propôs participação na exposição em Alemanha. Recomendado por Paulo Henrique Cardoso, então comissário-chefe da Exposição Universal de Hannover, oferecia um espaço para apresentar o invento, mas com menos de uma semana de antecedência. No Ano do Brasil na França, em 2005, tudo certo para participar do evento. Com menos de um mês, recebe um telefonema do Ministério da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos era o chefe da pasta, lamentando que não havia tempo para desenvolver o protótipo.

Novamente o mesmo procedimento. Nesse ano, outra vez com antecedência, apresentou a proposta e, com menos de um mês da abertura do evento, recebe uma solicitação, por recomendação do Comitê Nacional de Organização da Rio+20 para orçar a construção (protótipo) da área de credenciamento da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável com 1.000m². A oportunidade foi ótima, mas sem planejamento nada do que é sério funciona.

Desde os primeiros contatos mantidos com o ministro da Ciência e Tecnologia e com o secretário-executivo, em agosto do ano passado, como a tecnologia era inédita, haveria necessidade de construir os moldes para a execução das peças. Com muita pressão, os moldes poderiam ficar prontos em 45 dias e mais 15 dias para fabricação e montagem. Mais uma vez o jeitinho brasileiro impediu que a criação fosse compartilhada com o mundo.

No pano de fundo de toda essa situação: o documento dirigido ao ministro da Ciência e Tecnologia, redigido depois de audiência em dezembro de 2011 com o técnico Sanderson Leitão, indicado pelo sr. Carlos Nobre, secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do MCT, com os termos acertados, foi solicitado apoio do ministro para autorizar a contratação de uma encomenda tecnológica pioneira, terminologia adotada no artigo 20 da Lei 10.973 para a implantação de novas tecnologias nacionais.

De efetivo nada foi feito. O problema pode estar no gerenciamento dos recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação. Representantes do grupo de inventores nacionais precisam ter lugar nas decisões. É incoerência o governo promover em projetos o acesso da população à ciência e não dar aos que sabem o caminho das pedras o apoio institucional para projetar os inventos.

Dados do INPI mostram que, dos depósitos de pedidos de patente entre 2006-2010, 75% eram de pessoas jurídicas (97.656) e 22,2% de pessoas físicas (28.598). As instituições de ensino e pesquisa do Brasil apresentaram no mesmo período apenas 740 trabalhos. O quadro é sombrio. Antes de condecorar com medalhas como a Ordem Nacional do Mérito Científico, o reconhecimento ao cidadão pensador é a parceria com o governo.

É a certeza do inventor em ver sua criação contribuir para o bem comum. É projetar a imagem do país além do futebol e de morenas bonitas. Não somos um país sério porque não mostramos o que temos de sério. Aceitamos o periquito falador como nosso representante porque é só isso o que mostramos ao mundo. Esconde-se a capacidade nacional, seriedade e poder científico no complexo, no bullying que o país recebe do resto do mundo sem reagir.

Falta planejamento no Brasil. Falta projeção. Falta o olhar para nós mesmos. A ação discriminatória e criminosa que impede o desenvolvimento econômico nacional pela tecnologia, pelo desenvolvimento de pesquisas, pelos inventos precisa acabar. Perdemos financeiramente pela falta de investimento em pesquisas. Tantos impostos são a marca da incompetência em gestão. Economicamente seria uma reviravolta cobrarmos pelos inventos brasileiros roubados pelo mundo.

Economicamente seria um progresso regarmos a terra do planeta com a criatividade brasileira como solução para a tecnologia, para a agricultura, para a medicina entre inúmeras áreas. Enquanto o Estado constitucionalmente é o responsável pela promoção dos agentes e desenvolvimentos tecnológicos, a burocracia herdada de Portugal se refestela há mais de meio milênio.

O Brasil produz poucas patentes por falta de conhecimento não da população científica, mas de conhecimento do governo. Talvez a preferência pela publicação de artigos seja uma segurança jurídica. O fato de o governo não respaldar o ineditismo é fator de risco em um mundo onde a espionagem industrial aferventa na coxia. Interessante notar é que a Lei 9.279/90 impõe que a pesquisa publicada perde a qualidade de inovação e não pode ser registrada. Um absurdo.

Na estrutura do Executivo, o país apresenta a Advocacia-Geral da União, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o Ministério da Agricultura, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério da Cultura, da Defesa, da Educação, Fazenda, Integração Nacional, Ministério da Justiça, Saúde, Cidades, Comunicações, Relações Exteriores, Minas e Energia, Ministério do Desenvolvimento Agrário, de Combate à Fome, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Meio Ambiente, Planejamento Orçamento e Gestão além das secretarias de Assuntos Estratégicos e de Relações Institucionais da Presidência da República.

Não há um canal entre os ministérios sobre pedidos de patente. Não há entre os técnicos desses órgãos o interesse em trocar informações para o aproveitamento das ideias registradas. Não há entre os órgãos um estudo que cruze os dados das criações com as políticas públicas. Em 1500, a frota de Cabral levou 43 dias entre Lisboa e Porto Seguro. Em 2012, a análise dos registros de pedidos de patente leva até 8 anos para ser concluída. (Circe Cunha)

» História de Brasília

Recomendação ao dr. Vasco: a W3, à altura dos hotéis da Caixa Econômica, está precisando de meio-fio. Os motoristas entram na contramão em frente à Pilango e, ao atravessarem o canteiro, provocam uma poeira tremenda. (**Publicado em 1/6/1961**)